

MEMÓRIA LITERÁRIA: ACERVOS DE ESCRITORES BAIANOS (ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO)

MEMORIA LITERARIA: ACERVOS DE ESCRITORES BAIANOS (ENTRE EL PÚBLICO Y EL PRIVADO)

Esmeralda Guimarães Meira

Universidade do Estado da Bahia – UNEB

esmelmeira@yahoo.com.br

Edna Maria Viana Soares

Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa -FLUL

andemvs@gmail.com

Resumo

O artigo apresenta a trajetória dos arquivos dos escritores baianos Camillo de Jesus Lima (1912-1975), cujo estado toponomológico atual (DERRIDA, 2001) é considerado em movimento ou, como classificaria Marques (2015), no trânsito do privado ao público, em um “espaço intervalar”; e de Carlos Vasconcelos Maia (1923-1988), escritor que negava a prática do autoarquivamento, afirmação não confirmada por seus familiares. Em comum, os arquivos dos escritores têm as situações de ocultamento, de risco, de vulnerabilidade, mas, acima de tudo, sua manutenção pela vontade de preservação. O texto destaca a importância e valor dos documentos no conjunto arquivístico em que memória e história se imbricam em favor do conhecimento sobre os processos de produção, circulação e recepção do texto literário e o seu valor como documento da memória cultural. Considera-se a noção de documento como fato relativo à contemporaneidade, não mais limitando-o ao texto em si, mas em sentido amplo (LE GOFF, 1990; NORA, 1993; RICOEUR, 2007), seja ele escrito, ilustrado, sonoro, imagético ou expresso de qualquer outra forma, vale considerar as circunstâncias em que são produzidos, pesquisados, analisados.

Palavras-chave: Acervos. Memória Literária. Documentos. Camillo de Jesus Lima. Vasconcelos Maia.

Resumen

El artículo presenta la trayectoria de los archivos de los escritores baianos Camillo de Jesus Lima (1912-1975) cuyo estado actual (DERRIDA, 2001) es considerado en movimiento

o, como clasificó Marques (2015), en el tránsito del privado al público, en un "espacio de intervalos"; y de Carlos Vasconcelos Maia (1923-1988), escritor que negaba la práctica del autoarquivamiento, afirmación no confirmada por sus familiares. En común, los archivos de los escritores tienen las situaciones de ocultamiento, de riesgo, de vulnerabilidad, pero, encima de todo, su mantenimiento por la voluntad de preservación. El texto destaca la importancia y valor de los documentos en el conjunto archivístico en que memoria e historia se imbrican a favor del conocimiento sobre los procesos de producción, circulación y recepción del texto literario y su valor como documento de la memoria cultural. Se considera la noción de documento como un hecho relativo a la contemporaneidad, no más limitándolo al texto en sí, sino en sentido amplio (LE GOFF, 1990; NORA, 1993), sea escrito, ilustrado, sonoro, imagético o expreso en cualquier otra forma, vale considerar las circunstancias en que son producidos, investigados, analizados.

Palabras clave: Acervos. Memoria Literaria. Documentos. Camillo de Jesus Lima. Vasconcelos Maia.

1- Introdução

Este texto resulta da aproximação que se estabelece entre pesquisas, desenvolvidas pelas autoras, que culminaram nas dissertações de mestrado *Muito além das tardes nevoentas: um estudo da lírica de Camillo de Jesus Lima e Uma cidade dia sim, dia não – Salvador nas crônicas de Vasconcelos Maia*, defendidas e aprovadas no Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens/UNEB em 2010; bem como nas teses de doutoramento *O arquivista de si: história e memória no arquivo de Camillo de Jesus Lima*, defendida e aprovada no Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade/UESB em 2017 e *Variantes bibliográficas e textuais na obra de Vasconcelos Maia* (em andamento) registrada na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa – PT.

Intenciona-se, cruzando enfoques diversos, discutir a importância dos documentos de acervos de escritores para a compreensão dos processos de produção, circulação e recepção do texto literário e o seu valor como documento da memória histórica e cultural. A discussão dar-se-á a partir de fatos que dizem respeito aos escritores baianos que viveram e produziram suas obras no século XX, Camillo de Jesus Lima e Carlos Vasconcelos Maia.

Camillo de Jesus Lima (8 de setembro de 1912 – 3 de março 1975) nasceu no alto sertão da Bahia, na cidade de Caetité. De formação autodidata, aprendeu com o pai filosofia,

literaturas e diversas línguas, contribuindo na formação educacional e cultural da região. Ainda muito jovem buscou conhecer a totalidade em que estava inserido, atravessando fronteiras de ordem social, cultural, linguística e geográfica. Não fez nenhum curso superior, pois ingressar em uma faculdade dependia muito de recursos econômicos, que seus pais não possuíam. Contudo, as dificuldades financeiras não impediram-no de aperfeiçoar-se e buscar novas alternativas que não as institucionalizadas. Nas fontes primárias às quais esta pesquisa recorre há referências a um poema que Camillo escreveu aos 9 anos de idade, publicado em um jornal na cidade de Condeúba/BA, por incentivo do professor Fagundes, seu pai, que percebeu a tendência literária do filho. Ao chegar em Vitória da Conquista o escritor integrou-se ao grupo de *O Combate* e, pelo reconhecido talento com as letras, galgou o posto de redator. Fundou, em 1938, a “Ala de Letras e Artes de Conquista”, tornando-se seu primeiro presidente. Esta organização cultural estava ligada à Ala de Letras de Salvador, que tinha como coordenador Carlos Chiacchio, respeitado crítico modernista das primeiras décadas do século XX. Seu primeiro livro publicado foi uma produção em parceria com Laudionor Brasil, *o As trevas da noite estão passando* (1941) uma edição da gráfica/editora *O Combate*. Era um livro de cunho social, corajosamente lançado em pleno período de guerra mundial, um dos motes a que recorrem os escritores. Camillo de Jesus Lima escreveu crônicas, contos, romances, fez traduções e crítica, mas foi sua obra poética que o tornou mais conhecido. Publicou sete livros de poemas, vencendo o prêmio Raul de Leoni em 1942, pela Academia Carioca de Letras, com o livro *Poemas*. Foi crítico de rodapé do Jornal *A Tarde* (Salvador), de *O Jornal de Conquista*, de *O Conquistense* e de *O Combate* (Vitória da Conquista) e colaborador da *Revista Leitura* (Rio de Janeiro), tornando-se respeitado pela intelectualidade do período e por diversos escritores brasileiros que tiveram suas obras resenhadas por ele. Grande parte de sua obra continua inédita.

Carlos Vasconcelos Maia (20 de março de 1923 – 14 de julho de 1988), Vasconcelos Maia – como era habitualmente referido – ou o Carlito na expressão carinhosa dos amigos e familiares, nascido em Santa Inês, radicou-se em Salvador na Bahia, ainda criança, quando seus pais se mudaram para a localidade. Foi um intelectual influente, artística e literariamente em meados do século passado. Mais do que por seus contos e crônicas, o nome de Vasconcelos Maia é lembrado na cena cultural da Bahia como idealizador do *Caderno da Bahia*, revista-movimento que, congregando artistas plásticos, músicos, literatos e cineastas, constituiu a Geração Caderno da Bahia que buscava a renovação cultural de Salvador, lutando

contra o academicismo imperante na Bahia até meados do século passado. Escritor profícuo, Vasconcelos Maia assumiu o discurso sobre a cidade de Salvador em seu momento de transição qual seja, retratando o embate entre a cultura ancorada em valores europeus e aquela, com a cor local, proveniente da amálgama de várias culturas, produzindo mais de mil textos entre crônicas, contos e ensaios, publicando-os em periódicos. Em vida, publicou sete livros de contos, dois de crônicas e dois livretos com ensaios sobre a cidade de Salvador. Sua obra transpôs as fronteiras do nacional ao publicar contos em antologias no exterior, ao lado dos melhores contistas brasileiros e latino-americanos, fato que o leva a ser referido como um dos escritores mais traduzidos do Brasil. A par de sua fecunda atividade jornalística, o escritor baiano era responsável pela gestão do departamento municipal de turismo, posição que foi determinante no enfoque de seus textos sobre a cidade que então definia sua “vocação turística”. A produção literária do escritor, que lidava com dificuldades na publica o e distribui o de sua obra, materializou-se sob a forma de narrativas curtas, novelas, contos, crônicas e ensaios diversos publicados em jornais, livros e ainda transmitidos radiofonicamente. Revistas literárias da Bahia, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo emergiram como importantes espaços de circula o de sua obra. Com poucos contos publicados em livros, inexistindo em páginas digitalizadas na Internet, ou em livros nas prateleiras das livrarias, esquecida em jornais e periódicos, parte significativa da produ o textual de Vasconcelos Maia repousa inerte nas hemerotecas das bibliotecas do País sobre ela pairando a ameaça de desaparecimento representada pela fragilidade do suporte onde foram publicados.

Conforme revelam os documentos dos arquivos, as trajetórias dos escritores Carlos Vasconcelos Maia e Camillo de Jesus Lima se cruzam em momentos diversos, um destes quando o último, como redator do jornal *O Combate*, escritor já consagrado nacionalmente   época, vencedor do Pr mio Raul Leoni em 1943 pela Academia Carioca de Letras, comentou o livro *F ra da Vida* (MAIA, 1946). No artigo intitulado *No Mundo do Conto* Camillo ressaltou “a força da juventude” do contista, bem como “a ignorância rebelde quanto   estandariza o da técnica e ao servilismo literário que anula a personalidade do escritor”.

2- Acervos, memória literária, documentos: perspectivas e fundamenta es

A história dos acervos constitui um domínio de pesquisa em pleno desenvolvimento em vários países, fato que converteria a pretensão de traçar um estado da arte sobre o que foi

feito e escrito neste âmbito no mundo em algo pouco exequível. No Brasil as pesquisas na área já ganham contornos cujo alcance demandaria um esforço que, tendo em vista os objetivos ora propostos, redundaria desnecessário.

Para o alcance dos propósitos deste artigo qual seja, ressaltar a importância dos arquivos de escritores, sua relevância como documentos de dada sociedade, a partir dos resultados de pesquisas realizadas, fugindo de um enfoque voltado para dimensões mais amplas, analisaremos alguns aspectos conceituais considerados mais relevantes no contexto para, em seguida, examinarmos aspectos de situações concretas decorrentes das experiências vivenciadas pelas pesquisadoras.

Para ampliar o entendimento sobre os arquivos, em especial de escritores, faz-se necessário um jogo dialético entre diferentes áreas do conhecimento. Mas esta não pode ser uma ação unilateral, pelo contrário, exige atitudes interdisciplinares de pesquisadores de arquivo, em atendimento às novas demandas, considerando, não só o momento da produção, como também o processo de organização e leitura do arquivo.

Definido no Dicionário de Terminologia Arquivística (2005) como o “conjunto de documentos que independentemente da natureza ou do suporte, são reunidos por acumulação ao longo das atividades de pessoas físicas, jurídicas, públicos ou privados”, o arquivo é tido, na perspectiva sociológica, como um construto político, com poder de controlar, produzir informações e orientar lembranças/esquecimentos. O objetivo principal de um arquivo é preservar a memória.

O conceito de arquivo deve aqui ser pensado como lugar de memória e de história, ali objetivadas, passíveis de interpretações as mais diversas, por estarem em permanente diálogo com o tempo presente. Pierre Nora (1993) defende que os arquivos estão entre as muitas formas de objetivação das memórias e que a existência deles se deve a não existência de memórias espontâneas, daí a necessidade de fixá-las de alguma forma, ou seja, de materializá-las:

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais. [...] Se vivêssemos verdadeiramente as lembranças que eles envolvem, eles seriam inúteis. E se, em compensação, a história não se apoderasse deles para deformá-los, transformá-los, sová-los e petrificá-los eles não se tornariam lugares de memória. É esse vai-e-vem que os constitui: momentos de história arrancados do movimento da história, mas que lhe são devolvidos (NORA, 1993, p 13).

Dessa forma, parece-nos que a constituição dos lugares de memória é forjada pela história que quer no arquivo um lugar para si. Ou seja, há um jogo da memória e da história na construção desses lugares e, segundo o autor, é preciso ter “vontade de memória”, e que “na falta dessa intenção de memória os lugares de memória serão lugares de história.” (NORA, 1993, p. 22).

Entendemos que é no movimento da história que a memória encontra o seu lugar e, neste caso, os arquivos ganham a condição de espaços sociais e de movimentação. A primeira atitude de quem busca um arquivo – após o instante de contemplação – é a de questioná-lo, confrontar suas informações, entender seus documentos e a validade deles no tempo histórico em que surgiram, assim como no momento da sua recepção, o momento da leitura do arquivo.

Falar de arquivo implica, portanto, falar de documento. Um estudo desenvolvido por Jacques Le Goff (1990) retrata como os documentos que registram a história da sociedade eram considerados como uma, entre outras formas de monumentos, pois, conforme define, “*monumentum* é um sinal do passado. Atendendo às suas origens filológicas, o monumento é tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação, por exemplo, os atos escritos.” (1990, p. 535). O autor explicita ainda:

É no século XVII que se difunde, na linguagem jurídica francesa, a expressão *titres et documents* e o sentido moderno de testemunho histórico data apenas do início do século XIX.[...] O documento que, para a escola histórica positivista do fim do século XIX e do início do século XX será o fundamento do fato histórico, ainda que resulte da escolha, de uma decisão do historiador, parece apresentar-se por si mesmo como prova histórica (LE GOFF, 1990, p. 536).

Essa condição histórica do documento descrita por Le Goff é traduzida, muitas vezes, como uma prova forjada dos fatos, deixando nos anais da história a versão que atende a uma determinada parcela da sociedade, sem considerar a totalidade em que tais provas estão inseridas. O conceito de documento em uma perspectiva histórica vem ampliar entendimentos etimológicos, filológicos, genéticos, semânticos, se observadas as relações socioculturais que o circundam, da sua produção às recepções e análises posteriores. Na concepção desse historiador,

O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa (LE GOFF, 1990, p. 545).

Entendendo a condição do documento, conforme concepção de Le Goff, estaríamos atribuindo ao monumento o poder de perpetuar, em uma dada sociedade, uma representação por ela mesma determinada. Daí a necessidade de nos tornarmos cada vez mais críticos, para que a representatividade dos documentos/monumentos não se institua como forma soberana de se conhecer uma sociedade e sua história. Para este historiador não existe documento-verdade e destaca a urgência de transferir o

documento/monumento do campo da memória para o da ciência histórica. [...] Todo o documento é mentira. Cabe ao historiador não fazer o papel de ingênuo. [...] qualquer documento é, ao mesmo tempo, verdadeiro – incluindo, e talvez sobretudo, os falsos – e falso, porque um monumento é em primeiro lugar uma roupagem, uma aparência enganadora, uma montagem. É preciso começar por desmontar, demolir esta montagem, desestruturar esta construção e analisar as condições de produção dos documentos-monumentos (LE GOFF, 1990, p. 548).

Não é intenção deste texto tratar da historiografia do documento, mas considerar sua importância no conjunto arquivístico em que memória e história se imbricam em favor do conhecimento sobre a sociedade e os homens. A necessidade de se ampliar a noção de documento é fato relativo à contemporaneidade, não mais limitando-o ao texto em si, mas em sentido amplo. Seja ele escrito, ilustrado, sonoro, imagético ou expresso de qualquer outra forma, vale considerar as circunstâncias em que foram/são produzidos, pesquisados, analisados.

Conforme estudo realizado por Ulpiano T. Bezerra de Menezes (1998, p. 93), por exemplo, há uma diferença a ser considerada entre as categorias objeto histórico e documento histórico. A primeira é a categoria sociológica do objeto histórico que, em muitos museus, constitui presença exclusiva ou de clara prevalência; a segunda é a categoria cognitiva do documento histórico, suporte físico de informação histórica. O historiador Marc Bloch, citado por Le Goff, esclarece, de forma bastante contundente, a crítica que se deve ter aos documentos como algo definitivo; devendo o historiador e, em nosso caso, o pesquisador, desconfiar sempre da materialidade que se encerra em si mesma. Afirma:

Não obstante o que por vezes parecem pensar os principiantes, os documentos não aparecem, aqui ou ali, pelo efeito de um qualquer imperscrutável desígnio dos deuses. A sua presença ou a sua ausência nos fundos dos arquivos, numa biblioteca, num terreno, dependem de causas humanas que não escapam de forma alguma à análise, e os problemas postos pela sua transmissão, longe de serem apenas exercícios de técnicos, tocam, eles próprios, no mais íntimo da vida do passado, pois o que assim se encontra posto em jogo é nada menos do que a passagem da recordação através das gerações (BLOCH, apud LE GOFF, 1990, p. 544).

Ao pensar os arquivos na contemporaneidade – como lugar de memória e de história – verificamos que os posicionamentos dos estudiosos aqui elencados não apresentam disparidades, pelo contrário, suas ideias dialogam, atentando, especialmente, à contribuição dada pela Arquivística, como destaca Paul Ricoeur (2007, p. 178), “Esse gesto de separar, de reunir, de coletar é o objeto de uma disciplina distinta, a arquivística, à qual a epistemologia da operação histórica deve a descrição dos trabalhos por meio dos quais o arquivo promove a ruptura com o ouvir-dizer do testemunho oral”. Deve-se, portanto, à Arquivística a condição materializada da história e da memória nos arquivos, o que não significa que se tenha nesse ato de arquivamento imparcialidade, assim como não há neutralidade no desarquivamento.

Quando se propõe um trabalho com arquivos, é relevante destacar o tratamento que se deve ter com o material físico e, principalmente, com matérias históricas, políticas e sociais destes documentos que recaem sob a responsabilidade do pesquisador ou arquivista. Reitera-se, dessa forma, a assertiva de Renato Gomes em “A sedução do arquivo”:

O acervo impõe uma posição pessoal de quem o reativa, do arquivista, que passará a “agente de formação da memória”, uma vez que o arquivo não é uma realidade pronta e acabada: ao contrário, em certa medida ele é construído pelo trabalho do sujeito, que ao cumprir nele um itinerário, deixa suas pegadas, seus vestígios.

(GOMES, 2002, p. 97).

Em três momentos distintos os documentos de arquivo passam por estágios de análise crítica: na produção, no arquivamento e na recepção. Em nenhum deles se pode considerar que este material seja bruto ou acabado. A esse respeito, Le Goff afirma:

O fato histórico não é um objeto dado e acabado, pois resulta da construção do historiador, também se faz hoje a crítica à noção de documento, que não é um material bruto, objetivo e inocente, mas que exprime o poder da sociedade do passado sobre a memória e o futuro (LE GOFF 1990, pp.10-11).

Podemos dizer que estes momentos de encontros com a cultura, com a gênese da criação, com a história, promovidos pelo olhar investigativo do pesquisador de arquivo é uma busca em que memória e história caminham lado a lado, iniciada, segundo Nora (1993, p. 11), por uma “vontade de memória”.

Tudo o que está registrado no arquivo, do risco ao tipo de papel, do bilhete ao recorte, do telegrama à cola, dos fatos à filiação ideológica de seus atores, tudo isso é fonte histórica, mas também é memória materializada, objetivada. Daí preferirmos dizer que, no movimento da história, a memória encontra o seu lugar. Essa “vontade de memória” interage com a “vontade de história” na formação, conservação e revelação do arquivo.

A moderna arquivística, lê-se em Schellenberg, (2006, p.270), desconhecendo fazê-lo aos arquivos literários, refere-se às peças díspares e desorganizadas originárias de famílias importantes usando o termo “papéis privados” em lugar de “manuscritos”, termo que, para a arquivística, incluiria apenas documentos escritos à mão ou datilografados. Mais amplamente, o primeiro termo abrange material cartográfico, e ou forma de texto impresso, manuscrito ou datilografado que pode ser oriundo de uma pessoa ou de uma entidade. Em Portugal, no Arquivo de Cultura Portuguesa Contemporânea, emprega-se o termo “espólios” documentais ou literários. Fátima Lopes (2007), ao tratar dos documentos dos arquivos dos escritores portugueses, faz referência a espólios literários, termo usado para designar conjuntos de documentos escritos e guardados, recebidos e guardados ou colecionados, de sua época ou não, pelo escritor. No Brasil, utiliza-se comumente o termo acervo para designar os papéis de um escritor (BORDINI, 2003). Para a estudiosa o termo espólio nomeia herança deixada por alguém após sua morte e arquivo refere-se comumente a lugar onde se guarda, sugerindo imobilidade.

Na atualidade, vários são os acervos literários existentes no Brasil. Historicizá-los não é o propósito desta investida. O histórico dos arquivos literários no Brasil foi esboçado por Reinaldo Marques em seu artigo “O arquivo literário como figura epistemológica”. Ressalta o pesquisador que a instalação dos centros dedicados à organização e preservação dos arquivos literários em terras brasileiras ocorreu nos anos 70 e 80 do século passado motivada pela

preocupação com os lugares de memória e “ao mesmo tempo por forte pressão de mecanismos de amnésia social e histórica” (MARQUES, 2007, p. 16).

3- Memória e história do acervo de Camillo de Jesus Lima: um arquivo em movimento

O percurso pelo arquivo pessoal de Camillo de Jesus Lima se dá desconstruindo a permanência do guardado como representação oficial, nacional, imperativa, para interferir em seus registros, revendo o passado, não em sua reprodução crua, mas atualizando a própria história, conforme a condição social, política e cultural do momento.

O titular de um arquivo, por mais que queira, não consegue inscrever a totalidade no falar de si e de suas ações no tempo, mesmo que tivesse como propósito explicitar tudo de si, a imagem traçada está cheia de silêncios, e no silêncio há mais do que o não dito. Suas rasuras, suas lacunas dizem mais do que o subtraído. Expressando nas palavras de Marques (2003, pp. 149-150):

Como é impossível arquivar nossas vidas de uma vez por todas, e em sua totalidade, os arquivos apresentam um caráter lacunar, de inacabamento. Conservando seus papéis e documentos, funcionam como suplementos da memória e da obra do escritor. Com seu poder de rasurar, intervir, modificar e suplementar, afirmam o caráter também inacabado não somente de sua autobiografia, mas também da obra do escritor, problematizando a noção de texto último, definitivo.

Os espólios dos escritores contemporâneos, que são muitos, representam grande parte da herança cultural preservada na memória dos arquivos e a inclusão de Camillo de Jesus Lima nesse rol amplia a diversidade de saberes, de testemunhos, de histórias que dialogam entre si e com o tempo presente, formando uma complexa colcha de retalhos que traz informações sobre o saber comum e, especialmente, sobre o homem histórico e sua participação intelectual em boa parte do século XX.

Acontece que, na busca incessante pelo que se quer enxergar em um espólio, muitas vezes, apagam-se indícios que gritam de dentro do arquivo, daí a necessidade de saber lidar com a investigação, procurando um equilíbrio entre a paixão e a isenção do pesquisador. Ou, poderia dizer, contaminar-se e curar-se do “mal de arquivo”, termo cunhado por Jacques

Derrida (2001) em livro homônimo, quando explica a perturbação que sofrem os que se envolvem nas tramas arquivísticas:

A perturbação do arquivo deriva de um mal de arquivo. Estamos com mal de arquivo (en mal d'archive). [...] É arder de paixão. É não ter sossego, é incessantemente, interminavelmente procurar o arquivo onde ele se esconde. [...] É dirigir-se a ele com desejo compulsivo, repetitivo e nostálgico, um desejo irreprímível de retorno à origem, uma dor de pátria, uma saudade de casa, uma nostalgia do retorno ao lugar mais arcaico do começo absoluto (DERRIDA, 2001, p.118-119).

E esse envolver-se nas tramas do arquivo é uma prática que abrange tanto o arquivar-se como o revelar-se, afinal, esse desejo ontológico se imprime como processo histórico. Vale trazer aqui um pensamento de Artières (1998, p. 10): “Passamos assim o tempo a arquivar nossas vidas: arrumamos, desarrumamos, reclassificamos. Por meio dessas práticas minúsculas, construímos uma imagem, para nós mesmos e às vezes para os outros”.

A imagem que Camillo de Jesus Lima constrói de si é a de um homem extremamente preocupado com os rumos da humanidade, pois tem consciência política das contradições que sedimentam a vida em sociedade. Põe-se, então, como mais um, entre tantos que lutam, na esperança de um tempo sem exploração social. Sabe da importância de seu papel como intelectual e da força que têm as palavras.

Os patrimônios arquivísticos de escritores, quando não são entregues a instituições para guarda, organização e preservação, ficam com algum familiar que, mesmo não conhecendo as melhores condições de preservação, busca preservar o material como pode, no intuito de resguardar as memórias arquivadas. Afora isso, há ainda acervos em mãos de pequenos grupos, ou de pessoas a quem as famílias, por confiança, delegam o poder de guarda. Conforme aponta Jacques Derrida, o posto de guardião era concedido a alguém pela confiança que uma determinada comunidade nele depositava.

Inicialmente, uma casa, um domicílio, um endereço, a residência dos magistrados superiores, os arcontes, aqueles que comandavam. Aos cidadãos que detinham e assim denotavam o poder político, reconhecia-se o direito de fazer ou representar a lei. Levada em conta sua autoridade, publicamente reconhecida, era em seu lar, nesse lugar que era a casa deles (casa particular, casa de família ou casa funcional) que se depositavam os documentos oficiais. Os arcontes foram seus primeiros guardiões (DERRIDA, 2001, p. 12).

Parece-nos que essa função arcôntica não perdeu de todo a sua origem primeira, seu caráter ontológico e nomológico. A partir da conceituação de Derrida, podemos afirmar que o arquivo do escritor Camillo de Jesus Lima enquadra-se nesse perfil, pelo seu estado toponomológico. Há alguns anos, o acervo está sob a responsabilidade de Ruy Hermann Araújo Medeiros, resguardado na biblioteca de seu escritório de advocacia. Ainda não está aberto ao público, como desejam seu arconte atual e a família do escritor, como desejamos todos nós pesquisadores de arquivo. Mas mesmo nas condições em que se encontra, algumas pesquisas buscam-no como fonte, pela importância dos seus documentos, o que já significa um avanço entre os níveis privado e público.

Estas são as primeiras justificativas para situar o arquivo de Camillo de Jesus Lima como um arquivo em movimento, ou como o classificaria Marques (2015), no trânsito do privado ao público. Para essa articulação transitória este autor propõe a diferenciação entre os conceitos de arquivos de escritores/escritoras e os arquivos literários. Os primeiros estariam no domínio ainda doméstico, e os segundos, sob o domínio de instituições públicas ou mistas, abertos à consulta de pesquisadores das mais diversificadas áreas do conhecimento e ou interessados no assunto. Essa passagem do privado ao público ganha, no entender do autor, uma dimensão que diferencia o “arquivo do escritor ou escritora” dos “arquivos literários”, tanto em termos topológicos quanto nomológicos. Teriam os arquivos pessoais um novo domicílio, uma nova morada; também estariam sob novas leis e princípios de organização, preservação, sob um novo comando.

Marques afirma que há um “interesse crescente pela custódia e instalação de acervos literários, envolvendo tanto instituições do campo público, ou estatal, quanto do âmbito privado, ou de caráter misto.” (2015, p. 117). Quando o arquivo privado migra para o espaço público (sob a guarda de bibliotecas públicas, de centros de documentação e pesquisa de universidades ou fundações culturais), ele passa, segundo esse estudioso, ao status de “arquivo literário”, aberto a consultas e pesquisas, acadêmicas ou não. Segundo concepção do autor de Arquivos Literários, com essa nova categoria busca-se, ainda, uma metamorfose no arquivo pessoal: “ele apresenta agora um estatuto ambíguo, uma vez que ainda é e já não é mais o arquivo pessoal do escritor em sentido estrito, situando-se num espaço intervalar, nos umbrais do público e do privado.” (MARQUES, 2015, p. 34).

Nesse sentido, podemos dizer que o arquivo de Camillo de Jesus Lima, atualmente, se encontra nesse “espaço intervalar”. Até chegar ao estágio atual, sua trajetória foi marcada por

situações de ocultamento, de risco, de vulnerabilidade, mas, acima de tudo, pela vontade de preservação.

Se a gênese do arquivo teve o próprio Camillo de Jesus Lima como primeiro arquivista – compilando o que escrevia e o que publicava –, posteriormente, pode contar com outros guardiões, que ajudaram na preservação da memória do escritor: Erathósthènes Menezes, Mozart Tanajura, Carlos Jehovah e Ruy Medeiros são os principais deles, além da família do escritor e do que, atualmente, está sob os meus cuidados, como pesquisadora.

O espólio esteve sob a guarda da Casa da Cultura de Vitória da Conquista para que se organizasse uma edição das obras completas, tentativa, muitas vezes, frustrada, pois até o momento atual, os livros deixados inéditos pelo escritor assim permanecem. Somente em 2015, após alguns anos de labuta junto aos órgãos públicos, saiu, pela editora da Assembleia Legislativa da Bahia, uma edição em dois volumes da obra poética do autor, organizada por Ruy Medeiros e Carlos Jehovah, contendo apenas os livros que foram publicados em vida, antologias que se esgotavam logo após as publicações, devido ao pequeno número de tiragens.

Procuramos Carlos Jehovah, representante da Casa da Cultura como seu presidente, e Ruy Medeiros, atual guardião do acervo, para nos contar um pouco sobre a trajetória desse patrimônio arquivístico e as experiências que tiveram ao lidar com o material a eles entregue pelos familiares.

As lembranças de Carlos Jehovah trazem um pouco da trajetória do arquivo. Ele revela por quais mãos andaram os textos “proibidos” e a forma como as pessoas se preocupavam com a memória poética de Camillo de Jesus Lima:

O material de Camillo estava praticamente esquecido. A família, depois de 64, quando Camillo foi preso, guardou tudo com muito cuidado. Eles não cediam a ninguém, tinham um certo receio de serem penalizados pela polícia do exército, que aqui ficou sediada por algum tempo. Dificilmente alguém tocava nos poemas de Camillo, a não ser quando de posse de algum jornal da época. Graças ao medo, a obra de Camillo foi salva¹.

Embora muito mais jovem que Camillo, o depoente desenvolveu laços de amizade com o escritor, de quem fala com emoção e respeito pela obra e pelas ações humanas, nunca separadas uma das outras. O seu empenho em formar um grupo em torno do autor de “Lição”, que pudesse tornar o escritor conhecido, vem desde 1980. Nesse período, lembra-se de que,

junto com a Casa da Cultura, assumiu o compromisso de inventariar tudo que estava em mãos de alguns amigos e da família do escritor, para garantir a sobrevivência da obra camilliana:

Nós fizemos uma comissão. Vicente Cassimiro, Geraldo da Silveira, Erathósthènes e eu nos reunimos com Pedral e lá fizemos ver a importância da obra de Camillo e o cuidado que deveríamos ter com esse material, que estava fadado ao desaparecimento, a qualquer momento. [...] No intuito de salvaguardar a memória de Camillo, nos reuníamos às tardes de sábado no casarão de João Cairo. Mozart ficou sendo o responsável pela guarda do material e lá começamos a separar os poemas das crônicas, dos ensaios, do romance etcⁱⁱ.

Este foi um passo fundamental para o início da organização do arquivo literário de Camillo de Jesus Lima. Embora o objetivo primeiro tenha sido a organização de uma edição das obras completas, os resultados da distribuição dos textos em volumes datilografados e encadernados contam como mais uma fonte e instrumento para as pesquisas no arquivo, somando trinta cadernos com poesias de diferentes fases, traduções, contos, crônicas, críticas, cartas e romances.

No que diz respeito à reprodução dos originais que ficaram sob a responsabilidade de Mozart Tanajura, Jehovah ressalta dois pontos: primeiro, a cópia fidedigna dos documentos; segundo, a importância de tornar pública a obra de um escritor do porte de Camillo:

A professora Miralva, quem datilografou tudo, foi muito cuidadosa, criteriosa, transcrevia a forma da escrita dos textos que tinha como base a formação clássica do autor, advinda dos conhecimentos e ensinamentos do professor Fagundes, pai de Camillo. Tudo foi datilografado exatamente como estava nos manuscritosⁱⁱⁱ.

O escritor Ruy Medeiros também comentou sobre essa trajetória descrita por Jehovah e sobre o acervo que atualmente está sob a sua responsabilidade. Descreve, de forma panorâmica, o conjunto da obra, especialmente os livros pautados, nos quais estão compilados recortes de jornais e de revistas, a correspondência e textos datiloscritos e manuscritos. Afirma que nem todos os textos publicados pelo autor estão no acervo, indicativo de que a produção literária de Camillo de Jesus Lima é ainda maior do que aquela arquivada. Um fator

para essa dispersão talvez tenha sido o fato de Camillo ter colaborado com muitos periódicos, inclusive fora da Bahia, como crítico de rodapé, conforme relata:

Nem tudo foi recortado e ajuntado ao arquivo pelo titular. Mas uma boa notícia é que tanto o jornal *A Tarde* (quase todo digitalizado) como os jornais *O Combate*, *O Conquistense* e *O Jornal de Conquista* (com os quais Camillo colaborou) possuem seus acervos praticamente completos, o que dá ao arquivo de Camillo de Jesus Lima a condição de ampliação, de ter quase que a totalidade do que foi por ele publicado^{iv}.

Este arconte também acredita ser o próprio Camillo o primeiro arquivista do espólio: “Tudo indica que Camillo acumulava esse material em malas, caixas, gavetas, até o arquivamento desses recortes nos livros pautados. Ele era mesmo o próprio guardião desse arquivo”, afirma Medeiros.

Tanto Carlos Jehovah como Ruy Medeiros expressaram um grande respeito pelo escritor que consideram um dos maiores do Brasil em sua época. Ambos os arcontes mencionaram poemas que consideram marcantes em suas vidas. Entre os citados por Carlos Jehovah está o “Lição”, texto denso, que ele, como ator e diretor de teatro, declama emocionado, provocando a nossa emoção. Já Ruy Medeiros, em fala alusiva à liberdade e à estética camilliana, evoca: “Me solta, gente, eu quero atravessar a fronteira”, versos do poema “A balada do Vira-mundo” e “solidão uma conversa, eu estou é no meio do mundo”, versos do poema “O poeta escrevendo”. E, voltando seu olhar ao acervo, Medeiros relaciona o conteúdo dos versos recordados com a vida do seu escritor:

A gente sabe que Camillo andou banido, vamos dizer assim, da literatura, por ser um autor de esquerda. Mas ele não é apenas um autor de esquerda, ele é um grande crítico e um grande lírico também. A gente acredita que Camillo volte a ser um autor lido^v.

Para chegar ao intento explicitado por Medeiros, contamos com a possibilidade da criação do Arquivo Literário de Camillo de Jesus Lima (ALCJL), uma proposta interdisciplinar, para ampliação do portal entre passado e presente, entre memória e história, entre sujeito e objeto. Uma ação coletiva com o objetivo de resguardar a história e as

memórias de um homem e da sociedade de seu tempo, dialogando e contribuindo com as gerações atuais e as da posteridade.

4- Os arquivos literários de Vasconcelos Maia: notas sobre a história e perspectiva

A existência dos arquivos daquele que negara a prática do autoarquivamento foi afirmada por seu irmão, o professor Pedro Moacir que se declarou seu guardião, mas com o falecimento deste, a localização do material é, até este momento, uma pergunta sem resposta. Surpresa reservada ao pesquisador em fontes primárias, uma velha e surrada pasta preta, pequeno arquivo literário passivo (CASTRO, 1990), material prestigiado e de relevância para a arquivística literária contemporânea, foi encontrada entre os pertences de Vasconcelos Maia.

Produtos sociais da história, os documentos de um acervo possuem valor primário e valor probatório. Assim sendo, é também do conteúdo do arquivo, gentilmente cedido, pela filha do escritor baiano que ora se retiram embasamentos para as reflexões aqui propostas. Considero com Telê Ancona Lopez (2010) que a classificação do arquivo de um escritor com vistas a retirá-lo do âmbito do privado e torná-lo disponível ao público deve conter um “escopo pedagógico” e agregar às análises documentária e codicológica notas de pesquisa, fornecendo informações sobre aspectos do processamento, da materialidade e da história dos documentos.

O arquivo se apresenta como um lugar físico, espacial e social no qual coexistem os documentos “mudos” e “órfãos” à espera do historiador que os leia (RICOUER, 2007). Enquanto, consistentes em sua materialidade, os arquivos de Camillo de Jesus Lima podem ser situados como em movimento ou transitando do privado ao público, acerca dos arquivos do escritor Vasconcelos Maia, na tentativa de situar sua gênese, busquei respostas às perguntas: Eles existem? Onde estão?

A construção da história dos arquivos do escritor Vasconcelos Maia, como a dos arquivos literários ou o da história em si, é marcada por relatos e testemunhos diversos. O recurso da história ao testemunho, lê-se em Paul Ricoeur (2007), não é fortuito e se fundamenta na definição do objeto da história qual seja, os homens no tempo, o que implica uma relação fundamental entre o passado e o presente. Os testemunhos se repartem em voluntários, aqueles destinados à posteridade e, aqueles de testemunhas a contragosto, alvos da indiscrição e do apetite do historiador (RICOUER, 2007, p. 180).

É fato que o concurso do tempo já não nos permite recorrer a depoimentos e relatos uma vez que os possíveis depoentes estão em idade avançada sem condições de acessar lembranças e registros. No entanto, fruto de uma pesquisa de longo curso, a história dos arquivos do escritor baiano começa com o testemunho do próprio Maia acessado em documentos bibliográficos – crônicas e entrevistas publicadas – nos quais representava a si mesmo como “desorganizado”, um “escritor sem arquivo que vivia em constantes mudanças de casa”. A par disto, o recurso da repetição e da introdução de modificações em seus escritos, transformando-os para posterior publicação, evidenciadas pelo exame da tradição de sua obra, são indiciárias da prática arquivística e de uma provável vontade de consignar à posteridade seus resultados. A incapacidade ou capacidade da memória humana mostra que apenas a existência de um arquivo pessoal possibilitaria a repetição de textos decorridos meses ou anos, com alterações motivadas não necessariamente por um autor em busca da perfeição, constituídas em sua maioria por acréscimos.

Ainda que não completamente “despojados da estranheza absoluta que o horror engendra” (RICOUER, 2007), há o registro de depoimentos de pessoas próximas à família de Vasconcelos Maia que mencionavam o ciúme como causa para usos improváveis dos seus manuscritos ou sua total destruição. Dono de hábitos de colecionador, Pedro Moacir Maia, irmão do escritor, em entrevista a esta pesquisadora, confirmou a existência dos documentos, declarando-se “guardião da maior parte dos papéis de meu irmão, Carlito”. Este acervo incluía manuscritos diversos, um conto inacabado e outro pronto para ser entregue à edição. O falecimento de Pedro Moacir, seguido da doação dos próprios arquivos à biblioteca do Mosteiro de São Bento, no momento, obstaculizam o acesso ao acervo do escritor Vasconcelos Maia que, supostamente, teria sido incorporado ao do irmão.

Um fato singular, marca a história do acervo de Vasconcelos Maia. Trata-se da ocorrência de um momento de “arquivo não acontecido”, abortado, tendo em vista a existência de uma carta do professor Pedro Moacir Maia, datada de 12 de setembro de 1988, endereçada ao Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia na qual formaliza a doação, não acontecida àquela entidade, de uma biblioteca composta por 545 volumes pertencentes ao seu irmão falecido de pronto. Se concretizado aquele gesto, ter-se-ia realizado o arquivamento do material que estaria assim depositado em local próprio, aberto a qualquer um que se interessasse por sua leitura e interpretação.

Também envolvida na história dos arquivos do escritor baiano, como testemunho voluntário, tem-se o desta pesquisadora que há mais de uma década, em casa de familiares, nas bibliotecas, livrarias, arquivos públicos e sebos, tenta localizar o espólio de Vasconcelos Maia.

Neste contexto, um acontecimento datado e localizado, uma visita a um familiar, é constituinte de um dos fios da trama da história do arquivo do escritor baiano. Em setembro de 1999, fui recebida pelo professor Pedro Moacyr Maia, em um apartamento situado na Rua Teixeira Leal, Edifício Canadá, no bairro da Graça. A ordenação dos móveis e objetos que lá se encontravam traziam a pulsão arquivística e a inclinação memorialista do proprietário que destinava o imóvel exclusivamente para guarda de livros e papéis. Entre as pilhas de manuscritos que se enfileiravam em sua mesa de trabalho, o professor falou por duas horas com admiração e afeto sobre o irmão-escritor Vasconcelos Maia, o Carlitos, declarando-se guardião de seus papéis. Seu cuidado com a memória do escritor, com a conservação e preservação de seus arquivos revelava-se pela prática de adquirir em sebos os livros do irmão e encaderná-los em capa dura. O prazer em arquivar os documentos e tudo que à vida intelectual do irmão dissesse respeito pode ser apreendido nas palavras carinhosas lidas no bilhete que enviou a Maia mencionando o Saveiro Viração bem como no cartão postal, enviado do Chile, referindo-se ao verbete do dicionário de Aurélio Buarque de Holanda que usava o Leque de Oxum^{vi} como referência. Ao encerrar a entrevista, entregou-me cópias de alguns documentos. Falecido o professor Pedro Moacyr Maia, soube por sua companheira, a Profa. Celeste Aída, que seu acervo fora doado ao Mosteiro São Bento. Após tentativas frustradas de contatos com os filhos ou outros familiares, por intermédio de uma rede social, consegui, em 2011, localizar Renata Maia, filha mais nova do escritor, fruto do seu segundo casamento, com quem mantive contato várias vezes.

Foi das mãos de Renata Janot Maia, na presença de sua mãe, Sra. Lúcia Janot, que, no final de novembro de 2011, em seu apartamento situado na Barra Avenida, em Salvador, recebi uma pasta tipo executivo, em couro de cor preta, com marcas de uso e desgastada pelo tempo. Seu conteúdo era constituído por alguns datiloscritos^{vii}, recortes de jornais, fotografias, um exemplar de *Fóra da Vida* (1946), seu primeiro livro publicado, com anotações feitas à mão pelo escritor, documentos pessoais e papéis diversos, colecionados sem um critério de organização perceptível: um espólio literário do tipo passivo conforme a classificação de Ivo Castro (1990), material prestigiado e de relevância para a arquivística literária contemporânea.

O espólio passivo, resultado de ato de colecionismo do autor ou outra pessoa que, sem nenhum critério definido, guarda seus papéis, se constitui em material prestigiado e responsável direto pela autonomização da crítica textual moderna (CASTRO, 1990, p. 105).

Considero com Bordini (1995) que os documentos literários têm necessidade de tratamento específico, condições de conservação, acesso e visibilidade garantida.

O conteúdo da surrada pasta preta, um arquivo reduzido drasticamente, veio marcado pela diversidade temática, característica esta ocasionada pela variedade de papéis desempenhados por Vasconcelos Maia, homem de personalidade multifacetada.

A leitura do conjunto dos documentos do arquivo do qual se percebe visivelmente ter sido retirada parte significativa de seu conteúdo original deixa ver o homem de letras, o escritor, o homem do turismo, o repórter, o amigo, o pai, o cidadão que foi o filho do Sr. Manuel e de D. Asterolina Maia. As atividades de repórter e homem de turismo se sobrepunham na vida de Maia. Em 1958, recepcionou o escritor Aldous Huxley, indo buscá-lo pessoalmente no aeroporto, quando da viagem deste a Salvador, rumo a Recife, com vistas a encontrar Gilberto Freire. A este respeito escreveu uma ampla reportagem veiculada no *Jornal A Tarde*, à época do fato, e, um mês depois, em sua segunda publicação no “moderno” *Jornal da Bahia* que surgia, na coluna *Dia Sim, Dia Não*, deu a ver ao seu leitor, a impressão que o episódio nele produziu na crônica “Um gênio diante de mim”. Tal fato se lê em seu arquivo. Os temas referentes à Bahia, sua cultura e sua gente, tão caros ao escritor, também lá estão. O escritor guardou manuscritos que denotam o seu confessado desvelo e amor pela Bahia, sua preocupação em divulgar e projetar o nome de pessoas às quais admirava e que se destacavam no campo das artes, das letras e da cultura.

O conjunto documental nele reunido foi resultante de procedimento natural e espontâneo. Maia juntou sua documentação civil (carteira de identidade estudantil, documento de filiação a entidade de classe, certidão de casamento e de separação etc.). Ao contrário do que afirmava a respeito de si mesmo, era organizado. Arquivou impressos de jornais diversos sobre sua carreira de escritor e sobre suas atividades como jornalista. Juntou documentos sobre aspectos distintos de sua vida pública como responsável pela gestão de órgão público de turismo e outras associações. Tinha especial cuidado em apor as datas sobre os recortes de impressos de jornais, embora não datasse seus manuscritos.

Dono de características peculiares, o arquivo de Vasconcelos Maia, organicamente estruturado ao longo dos anos buscando representar os diversos papéis por ele

desempenhados, seguia uma ordem original e ditou critérios para a classificação e ordenação dos documentos. Exigiu um processo marcado pelo caráter *ad hoc*, critério não desprezado pela moderna arquivística.

Com vistas a tornar uma coleção de documentos acessível ao uso, aconselha a arquivística moderna que estes sejam dispostos em séries que nem sempre são perceptíveis. Os papéis podem não ter sido arranjados adequadamente enquanto se acumulavam ou podem ter sido tirados de seu arranjo e relegados a lugares onde não estorvassem. O arranjo em séries não é tarefa fácil, e deve respeitar as características de cada coleção.

O manual de Organização do Acervo de Érico Veríssimo, organizado por Bordini, bem como o plano de classificação documental de espólios literários, proposto por Fátima Lopes (2007), para a organização dos espólios literários da Biblioteca Nacional Portuguesa foram tomados como referência para a constituição das séries. Em ambas as perspectivas os documentos são descritos coletivamente, hierarquizados em conjuntos organizados pelo critério da similaridade pautando-se pelos princípios: da autoria, do gênero, do tipo e do suporte do documento e da proveniência. Os princípios teóricos e metodológicos da Arquivologia e as normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) também foram considerados nesta etapa.

Objeto central deste enfoque, o conteúdo da pasta preta cedida por Renata Maia, filha mais nova do escritor, totaliza 207 itens documentais, número de peças que, por sua redução, evidencia a fragmentação do arquivo. A princípio foi aventada a possibilidade de parte do acervo de Vasconcelos Maia estar integrando àquele do Professor Pedro Moacyr Maia, irmão do escritor. No entanto, em conversa informal, por ocasião do IV Congresso de Linguística Histórica, em homenagem a Ivo Castro, realizado na Universidade de Lisboa, em julho de 2017, a professora Alicia Duhá, responsável pela organização dos acervos do Mosteiro de São Bento, informou-me ter chegado àquela instituição apenas os livros doados pela esposa do Prof. Pedro Maia.

Os documentos, produzidos e recebidos no período que se estendeu de 1946 até 2007, foram analisados de forma pormenorizada e a seguir, hierarquizados em conjuntos organizados pelo critério da similaridade pautando-se pelos princípios: da autoria, do gênero, do tipo e do suporte do documento. O arranjo dos 207 itens documentais se deu de forma física e intelectual. Sem trair a disposição original apresentada por alguns documentos que os relacionava entre si, organizei séries e subséries buscando a identificação dos itens. Também

no sentido de proporcionar uma rápida recuperação de informações, os documentos foram acondicionados em envelopes.

A organização do arquivo totaliza oito séries: Manuscritos, Impressos, Livros, Fortuna Crítica, Correspondência, Documentos Audiovisuais, Memória, e Vida. Nas cinco primeiras séries registram-se todos os documentos diretamente relacionados com o autor/produtor: a sua obra literária (manuscritos); os testemunhos da relação com os seus contemporâneos, do seu diálogo com os ausentes (correspondência); e o conjunto de peças, variáveis em termos de tipo de documentos, que complementam as anteriores e são relevantes para a fixação da sua biografia e da bibliografia. As três últimas séries incluirão documentos que o próprio, ao colecionar, quis associar, ou aqueles que alguém por si considerou relevantes. A fortuna crítica está organizada em ordem alfabética pelo último sobrenome do autor, formando um dossiê, organizado cronologicamente. O material está arquivado por item aqui entendido como tal, os papéis, livros ou objetos com alguma espécie de unidade temática. Cada item possui um número de registro, apostado a lápis ou a tinta, quando sobre papel ou sobre etiquetas colantes, quando se tratar de objetos.

Embora ainda não tenha resposta às perguntas - Que destino dar aos papéis? Retirar ou não os documentos de Maia do âmbito do privado? Restituí-los ao estatuto de despojos? - os papéis que compunham a pasta preta, bem como outros documentos reunidos no decorrer da pesquisa, até esta data, permanecem em meu poder. Tendo em vista o renovado interesse pela custódia dos acervos de escritores por instituições públicas e privadas (MARQUES, 2015), é possível cogitar-se a possibilidade de transformação do arquivo pessoal do escritor atribuindo-lhe a categoria de arquivo literário.

Assim, estando ainda distante o tempo em que se cogite editar a obra completa de Vasconcelos Maia, aqui se pretendeu tão-somente o relato de fatos referentes à história do seu arquivo literário.

5- Conclusão

A mirada histórica que possibilitou a aproximação das trajetórias dos arquivos dos escritores baianos Camillo de Jesus Lima e Carlos Vasconcelos Maia é apenas uma das muitas possibilidades ocasionadas pelo trabalho com arquivos literários. Com efeito, ao favorecer a pesquisa com fontes primárias, o trabalho com arquivos literários (ZILBERMAN

et al., 2004) fomenta a aproximação entre os estudos literários e textuais enquanto aproxima os diversos campos dos saberes, tornando assim mais rarefeitas suas linhas demarcatórias, posição defendida por Dionísio (2003) que nega a ideia de precedência de qualquer natureza entre os estudos textuais e literários, enquanto refuta o papel de ancilar dos primeiros. Neste sentido, ao caminhar em direção às propostas mais promissoras dos estudos literários e textuais traduzidas em uma práxis que prevê a busca da compreensão dos processos de produção, transmissão, circulação, recepção da obra e da reconfiguração de uma dada época como foco, e a sua abertura para a interdisciplinaridade, o trabalho com acervos literários não vem apenas envidar esforços no sentido da preservação de uma memória, mas asseverar sua importância para a nova configuração do campo dos estudos históricos, literários e textuais.

6- Referências

ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a própria vida. In: Arquivos Pessoais. **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV), v. 11, n. 21, p. 9-34, 1998. Disponível em <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2061>>. Acesso em 05/04/2016.

BORDINI, Maria da Glória. A função memorial dos acervos em tempos digitais. In: TELLES, Célia Marques; BORGES, Rosa (org.). **Filologia, críticas e processo de criação**. Curitiba: Appris, 2012.

_____. (org.). Sistema de preservação de documentos literários. Anais do 2º Encontro Nacional de Acervos Literários Brasileiros, **Cadernos do Centro de Pesquisas Literárias da PUCRS**, Porto Alegre, vol.2, n. 3, julho de 1996.

_____. Manual de Organização do Acervo Literário de Érico Veríssimo. **Cadernos do Centro de Pesquisas Literárias da PUCRS**, Porto Alegre, CPL/CPGL/PUCRS, 1995.

CASTRO, Ivo. Enquanto os autores escreverem... (Situação da crítica textual moderna). In: **IX Congresso da ALFAL, 1990**, Campinas. Atas... Campinas: Unicamp, 1990.

DERRIDA, Jacques. **Mal de arquivo**: uma impressão freudiana. Trad. de Cláudia de Moraes Rego. Rio de Janeiro, Relmé Dumará, 2001.

DICIONÁRIO BRASILEIRO DE TERMINOLOGIA ARQUIVÍSTICA. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. Disponível em <http://www.arquivista.org/arquivologia-online/dicionario-brasileiro-de-terminologia-arquivistica>.

DIONÍSIO, João. **Enciclopédia e Hipertexto**: Ab la dolchor del temps novel? 2003 [em linha]. Disponível em <http://www.educ.fc.ul.pt/hyper/resources/jdionisio/index.html>

GOMES, Renato Cordeiro. Acervos literários: implicações sobre a teoria e o ensino de literatura ou a sedução do arquivo. **Centro de Pesquisas Literárias da PUCRS**, v8, n1, Porto Alegre: PUCRS, 2002, p. 95-104.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Trad.: Bernardo Leitão et al. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

LIMA, Camilo de Jesus. No mundo do conto. **O Combate**. Ano XXVIII, nº13, Vit. da Conquista – Ba, 04.jan.1947, p. 1.

LOPES, Fátima. Como se trabalha no Arquivo de Cultura Portuguesa Contemporânea. In DUARTE, Luis Fagundes, OLIVEIRA, Antonio Braz (Orgs). **As mãos da escrita 25º aniversário do arquivo de cultura portuguesa contemporânea**. Lisboa: BNP, 2007.

LOPEZ, Telê Ancona. Mario Scriptor: Estudo do processo de criação de Mário de Andrade nos manuscritos de seu arquivo, em sua correspondência, em sua marginalia, em suas leituras In: **Revista do Projeto Temático FAPESP/IEB/FFLCH-USP**. n.1. São Paulo, 2010.

MAIA, Vasconcelos. **Fora da vida**. Salvador: Edições ELO, 1946.

MARQUES, Reinaldo M. O arquivamento do escritor. In: SOUZA, Eneida Maria e MIRANDA, Wander Melo (orgs). **Arquivos Literários**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003, p. 141-156.

_____. **O arquivo literário como figura epistemológica**. Rio de Janeiro: Matruga, v. 14, n 21, 2007.

_____. **Arquivos Literários: teorias, histórias, desafios**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2015.

MEIRA, E. G. **Muito além das tardes nevoentas**: um estudo da lírica de Camillo de Jesus Lima. 2010. 133p. Dissertação (Mestrado em Estudo de Linguagens) – PPGEL/UNEB, Salvador – BA.

_____. **Muito além das tardes nevoentas: uma canção de teia de Camillo de Jesus Lima**. Salvador - BA: EDUNEB, 2012.

_____. **O arquivista de si: história e memória do escritor Camillo de Jesus Lima**. 2017. 204p. Tese (Doutorado em Memória: Linguagem e Sociedade) - PPGMLS/UESB, Vitória da Conquista – BA.

MENEZES, Ulpiano T. Bezerra de. Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público. **Revista Estudos Históricos**, [S.l.], v. 11, n. 21, p. 89-104, jul. 1998.

Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2067/1206>. Acesso em: 03 Jun. 2016.

NORA, Pierre. Entre a memória e a história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, n. 10, p. 7 - 28, dez. 1993.

OLIVEIRA, António Braz de. Arquivística literária: notas de memória e perspectiva. Porto Alegre: **Veredas**, n8, p. 373-382, 2007.

RICOUER, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução Alain François (et al.) Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

SCHELLENBERG, T.R. **Arquivos Modernos: princípios e técnicas**. Trad. Nilza T. Soares. 6ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

SOARES, E.M.V. **Uma cidade dia sim, dia não**: Salvador nas Crônicas de Vasconcelos Maia - 1958/1964. 2010. 161f. Dissertação (Mestrado em Estudo de Linguagens) Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Salvador. Disponível em http://www.ppgel.uneb.br/textos/disserta/2010/soares_edna.pdf

_____. **Uma cidade dia sim, dia não**: Salvador nas Crônicas de Vasconcelos Maia - 1958/1964. Salvador - BA: EDUNEB, 2015.

_____. **Variantes bibliográficas e textuais na obra de Vasconcelos Maia**. 2019. Tese registrada (Doutoramento em Crítica Textual), Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa - FLUL, Lisboa - PT.

ZILBERMAN, Regina et al. **O arco e as pedras**: fontes primárias, teoria e história da literatura. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

Sobre as autoras

Esmeralda Guimarães Meira. Doutora em Memória: Linguagem e Sociedade/Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB (2017). Possui mestrado em Estudo de Linguagens pela Universidade do Estado da Bahia – UNEB (2010); especialização em Literatura Brasileira pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (1997); graduação em Letras Vernáculas pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (1989). Atualmente é professora da Universidade do Estado da Bahia, com experiência na área de Letras, ênfase em Literatura Baiana, Literatura Brasileira e Estágio Supervisionado. Atua como pesquisadora no Grupo de Pesquisa Cultura, Sociedade e Linguagem (GPCSL) e no

Grupo de Pesquisa Cultura e Literatura Baiana (GPCLB). Desenvolve pesquisas sobre o poeta baiano Camillo de Jesus Lima, publicou o livro *Muito além das tardes nevoentas: uma canção de teia de Camillo de Jesus Lima* EDUNEB (2012), além de artigos, ensaios e críticas em revistas e anais de Congresso.

Edna Maria Viana Soares. Doutorado (em andamento) em Crítica Textual na Universidade de Lisboa - PT. Possui mestrado em Estudo de Linguagens pela Universidade do Estado da Bahia - UNEB. Graduada em Letras Vernáculas com Especialização em Língua e Literatura Vernáculas pela Universidade Federal da Bahia. Desenvolve, desde 1999, pesquisa em fontes primárias com o intuito de resgatar a produção literária do escritor Vasconcelos Maia. Integra, como pesquisadora, o Grupo de Pesquisa Cultura e Literatura Baiana da UNEB. Tem publicado o livro *Uma cidade dia sim, dia não: Salvador nas Crônicas de Vasconcelos Maia - 1958/1964*. EDUNEB, 2015, bem como, artigos e ensaios em revistas e anais de Congresso no Brasil e em Portugal. Atua como colaboradora no Projeto *Os Degraus do Parnaso, de M. S. Lourenço. Edição dos manuscritos* sob a coordenação do Prof. João Dionísio da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Notas

ⁱ Depoimento de Carlos Jehovah, em 4 de junho de 2016, audiovisual, 3,93GB, 00:55:43 de duração. [transcrição nossa].

ⁱⁱ Idem nota anterior.

ⁱⁱⁱ Idem nota anterior.

^{iv} Depoimento de Ruy Hermann Araújo Medeiros, em 06 de maio de 2015, audiovisual, 1,60GB, 00:22:00 de duração. [Transcrição nossa].

^v Idem nota anterior.

^{vi} Pedro Moacir Maia (falecido) foi professor adjunto do Departamento de Línguas Vernáculas do Instituto de Letras da UFBA; diretor do Museu de Arte Sacra da Bahia; trabalhou no Ministério das Relações Exteriores tendo sido encarregado dos assuntos culturais da Embaixada do Brasil no Senegal (1964-1970). Ocupou a cadeira de N° 7 na Academia Baiana de Letras. Bibliófilo, amante dos livros e das artes, foi o criador das edições gráficas Dinamene.

^{vii} Datiloscrito é o testemunho datilografado de um texto, estabelecido pelo autor (caso em que integra a área do autógrafo). Por sua vez, segundo Grésillon (2007, p.332) manuscrito é todo documento escrito à mão; por extensão, nele incluem-se, às vezes, documentos datilografados ou impressos.